

O Douro no Gharb Al-Ândalus: A História e a arquitectura do Douro entre os séculos VIII e XII

Manuel da Cerveira Pinto

Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Fernando Pessoa
cervereira@ufp.edu.pt

RESUMO

“O Douro no Gharb al-Ândalus” é o motivo para uma sucinta reflexão em torno da história, da arquitectura e da noção de património. O rio Douro foi durante cerca de quatro séculos território de fronteira entre os reinos cristãos e muçulmanos da Península. Baseado nesse facto intenta-se percorrer a história e a região em busca dos elementos do passado, sobretudo arquitectónicos e arqueológicos, que constituem a nossa identidade cultural.

PALAVRAS-CHAVE

História; arquitectura; património e identidade cultural.

ABSTRACT

“The Douro River at the Gharb al-Ândalus” it's the motive for a brief incursion through the History; architecture and the sense of patrimonial heritage. The Douro river has been at almost four centuries a frontier territory between the christian and muslim kingdoms at the Iberic Peninsula. Based on this fact we intent made a travel at the region and his history searching the architectonic and archological elements from the past who've made our cultural identity.

KEYWORDS

History, architecture; patrimonial heritage and cultural identity.

O DOURO NO GHARB AL-ÂNDALUS: A HISTÓRIA E A ARQUITECTURA DA REGIÃO DO DOURO ENTRE OS SÉCULOS VIII E XII

Durante cerca de quatro séculos foi o Douro território fronteiriço bastante bem demarcado entre os reinos cristãos e muçulmanos da Península Ibérica. Esta marca, inicialmente encontrava-se localizada no rio Minho mas cedo recuou e em mercê de variadas circunstâncias favoráveis acabou por se fixar no Douro. Nos territórios que hoje constituem a Espanha os vestígios desta época encontram-se ainda bem visíveis, nomeadamente em fortificações de povoações como Simancas, Osma e sobretudo pela imponente fortaleza califal de San Estebán de Gormaz. Prospecções arqueológicas recentemente levadas a cabo, como por exemplo em Zamora, assim como estudos sobre o património da época⁸, têm vindo a corroborar a ideia de que não só houve a tentativa de um estabelecimento da fronteira ao longo do rio Douro, como também um claro povoamento de populações muçulmanas.

Assim, ao longo de todo o rio Douro, desde a foz até à fronteira podem ser observados vestígios desta época. Um dos principais pólos, senão o principal, parece ser Lamego e a sua região. A “Estrada da Beira”, via romana de grande importância, ligava o território de Lamego ao sul da península, pela ponte de Alcântara e foi foco irradiador de cultura, riquezas e saberes. Era também a principal via de acesso a Braga e Santiago de Compostela e por ela haveria de passar, na viragem do século X, Almançor e as suas hostes para tomar este importante símbolo da cristandade na península.

Estes vestígios confundem-se, não raras vezes, com os de outros tempos, sejam eles romanos, visigóticos, moçárabes ou românicos e prolongam-se no tempo em manifestações de carácter mudéjar... A acuidade terá pois que ser grande para a sua decifragem e interpretação. Muitas das fortificações foram construídas onde antes eram postos de defesa das povoações castrejas e romanas, como sucede por exemplo no castro da Mogueira em S. Martinho de Mouros ou no próprio castelo de Lamego. Antigas igrejas visigóticas deram lugar a mesquitas e morábitos e posteriormente a igrejas moçárabes, como parece ser o caso do pequeno templo de Balsemão perto de Lamego e S. Frutuoso de Montélios, nas proximidades de Braga. Outras transformaram-



Mapa do al-Ândalus em meados do séc. XI (M. Barrucand/A. Bednorz)

se em igrejas românicas, como aparentam ser os casos de Cárquere e S. Martinho de Mouros em Resende e Almacave, em Lamego. Há mesmo notícia de que após a tomada de Lamego e Viseu por Fernando Magno em 1057, muitos muçulmanos tenham sido escravizados e obrigados a trabalhar na construção (reconstrução ou transformação) de muitas igrejas da região, nas quais os pedreiros muçulmanos acabariam por deixar a marca da sua cultura e religião, como parece ser o caso da pequena igreja românica de S. Pedro das Águias, em Tabuaço [Costa, 1977: 607]. Por todo o lado, ao longo do Douro e sem que seja necessário grande esforço, acabamos por encontrar vestígios e indícios vários desta época de interesse fulcral para a nacionalidade portuguesa e para a nossa identidade particular como povo e civilização. Seja nos monumentos citados, ou outros, na riquíssima toponímia ou na infinidade de lendas e contos e histórias, é todo um mundo que está ainda por descobrir.

Talvez afinal este o enorme e precioso tesouro das “Mil e uma noites” que guardam todas as “mouras encantadas” que povoam os montes e arribas da região duriense...

NOTA HISTÓRICA

O domínio árabe da Península Ibérica iniciado por Tarique ibn Ziate em 711 foi um processo rápido, mesmo fulgurante, e teve uma importância extrema na forma como moldou a identidade e cultura da população ibérica. Em cerca de três

anos a quase totalidade da península fica sujeita ao domínio muçulmano, cujos exércitos pouco numerosos eram constituídos essencialmente por soldados berberes, comandados por uma elite, essa sim, de origem árabe. Este domínio tão rápido da península só é explicável pela existência de uma multiplicidade de factores que lhe foram favoráveis, nomeadamente: a cisão provocada entre os reinos visigóticos pela sucessão do rei Vitiza por Rodrigo, que levou a um clima de guerra civil; as lutas internas que haviam diminuído drasticamente o potencial militar dos exércitos visigóticos; a revolta do governador de Ceuta que se faz aliado de Muça Ibn Noçair, governador no norte de África do califa de Damasco; o descontentamento geral da população com os governantes visigóticos, inclusive dos judeus que haviam começado a ser perseguidos e espoliados e, sobretudo, a entrega quase sem resistência de muitas das principais cidades peninsulares, como por exemplo Toledo, a própria capital do reino visigótico. Serão mesmo, inicialmente, os próprios judeus os primeiros a juntar-se às tropas muçulmanas e berberes.

Neste rápido avançar sobre o território irão ser as estradas romanas as principais vias de acesso às mais importantes cidades da península. O principal eixo é, inicialmente, a chamada "rota da prata", espinha dorsal da península que liga o norte e o sul. Às hordas militares irão imediatamente seguir-se, nestas mesmas vias, vagas sucessivas de comerciantes e almocreves provindos das rotas comerciais do oriente, carregados de novos e exóticos produtos, mas também de cultura, de novos usos, costumes e tradições. Serão estes os principais obreiros da construção da nova identidade peninsular, de um novo país e civilização que cedo irá designar-se por al-Ândalus. O processo de islamização do território é, da mesma forma, rápido e avassalador. Grande parte da população converte-se ao Islão, nomeadamente os escravos que vêm assim a possibilidade de melhorar a sua própria condição de vida, pois que lhes bastava então declarar a Profissão de Fé, para que fossem imediatamente libertos. Também muitos cristãos se convertem então, não só pela apetência do poder, como pela isenção de tributos e impostos, mas também pela própria atracção que exercia a nova e sofisticada cultura dos dominadores.

Os novos governadores mostram-se bastante tolerantes para com a população autóctone. Não há praticamente re-



Fortaleza califal de San Esteban de Gormaz

gisto de perseguições ou conversões forçadas. Os primeiros tempos do domínio muçulmano parecem até ser de grande acalmia, face aos tempos conturbados anteriores. As próprias comunidades cristãs que aceitam e permanecem sob domínio muçulmano rapidamente adoptam os usos e costumes árabes, passando a designar-se por "moçárabes", termo árabe [*must'arab*] que significa "tornado árabe" ou "quase árabe".

O DOURO NO GHARB AL-ÂNDALUS

Num primeiro momento uma ténue linha de fronteira irá ser estabelecida pelo rio Minho, separando os reinos cristãos do norte dos muçulmanos a sul. Com a revolta dos berberes em 741/741 (Lévi- Provençal, 1999: 41-44), esta marca vai recuar e fixar-se ao longo do Douro onde, salvaguardando as incursões, saques e razias frequentes, irá perdurar durante séculos, até à conquista definitiva por Fernando Magno, em meados do século XI. Esta divisão territorial passa a estar de acordo com a própria divisão da época romana, onde o Douro estabelecia a fronteira com a província da Gallaecia.

A população árabe/berbere irá encontrar em certos locais ao longo do Douro alguns microclimas que, aliados à fertilidade dos terrenos propícios às culturas mediterrânicas tradicionais (trigo, azeite, vinho), bem como a própria facilidade defensiva, irão incentivar a sua fixação. A região de Lamego parece ser, no território que é hoje Portugal, o local junto ao Douro onde este estabelecimento irá ser mais preponderante. Assim, estamos em crer que, desde cedo, houve um claro estabelecimento e povoamento das terras

ao longo do Douro por comunidades muçulmanas, que escavações arqueológicas recentes, como as que se estão a efectuar em Zamora, por exemplo, têm vindo a corroborar.

Com o aumento da pressão conquistadora dos reinos cristãos do norte parece mesmo haver, a determinada altura, uma tentativa por parte do próprio poder califal de estabelecer uma linha de fronteira no Douro, mandando fortalecer o aparato defensivo e militar, do qual o mais imponente vestígio que hoje podemos encontrar é a fortaleza de Gormaz, mandada então construir (ou reconstruir) pelo próprio califa al-Hakam II em 965 [Lévi-Provençal, vol.II, 1999: 63–64]. Aparentemente esta era apenas a maior das fortificações que iriam pontuar a linha de fronteira ao longo de largas centenas de quilómetros ao longo do Douro. Outras eram Simancas, Osma ou Zamora e já naquele que é hoje o território português, castelos como os de Miranda, Penedono, Mogueira ou Lamego.

Esta linha fronteira era já complementada com muitas outras pequenas fortificações, atalaias, torres, postos de vigia (penhas) e ribat's... Muitas vezes são aproveitamentos de fortalezas pré-existentes, como parece ser o caso do Castelo de Mogueira, em S. Martinho de Mouros (Resende). Curiosamente a mais antiga menção que se conhece à existência de ribat's na Península Ibérica é devida a *Ibn Hayyān* que se lhe refere no ano 876/7 [Picard, 2001: 204], mencionando precisamente a região do Douro, local onde poderão ter constituído uma linha defensiva, há semelhança do que sucedia no Oriente. Christophe Picard (2001:207) defende mesmo a possibilidade deste conjunto de fortificações poder constituir uma linha de fronteira, facto inédito em todo o *Gharb al-Āndalus*.

Estes núcleos irão constituir base para um povoamento mais intenso destes locais, acabando por vezes por originar o aparecimento de núcleos populacionais, como parece ser o caso da aldeia de Boassas, no concelho de Cinfães, cuja toponímia do seu núcleo principal – a “Arribada” – sugere a existência de um ribat.

Como principal via de acesso e ligação ao sul, nomeadamente a Córdova, Sevilha e Granada, irá ser preponderante a chamada “estrada da Beira”, de tal forma que ainda no séc. XV os “mouros” de Granada e Sevilha iam a Lamego vender na sua importante feira fazendo chegar à cidade es-

peciarias e tecidos orientais (Dias, 1947: 34–35). Uma outra ramificação, a partir de Viseu, ligava ao importante centro moçárabe de Coimbra.

A IMPORTÂNCIA DO NÚCLEO DE LAMEGO

Encruzilhada de várias rotas, a região de Lamego irá assumir rápida preponderância na margem sul do Douro. Ponto de passagem na direcção norte-sul, e também para Castela, potenciado ainda pelas riquezas da produção agrícola, criação de gados, produção vinho, de frutas e madeiras, Lamego alcança então um grande desenvolvimento, majorado ainda pelo incremento da navegabilidade do Douro e pelo comércio estabelecido com o Porto. Durante a época românica, este território torna-se mesmo um ponto de passagem fulcral, de tal forma que: “A região de Lamego, conjuntamente com a de Riba Côa, era onde se localizava o maior número de estalagens de todo o país. Isto verificava-se pela importância que Lamego tinha como nó de irradiação de vias medievais e centro religioso de peregrinações para Santiago.” [Gil/Rodrigues, 1997: 158]. O território lamecense irá manter uma relação bastante próxima com o poder muçulmano, de tal forma que em 997, aquando da expedição de Almançor, os Condes da região vão-se juntar ao célebre hájibe no assalto a Santiago de Compostela. Será ainda em Lamego que, no regresso, Almançor irá fazer a distribuição do saque.

É conhecida a importância da comunidade moçárabe de Lamego, desenvolvida nos “arrabaldes”, em torno da capela de S. Sebastião e que seria mais tarde substituída pela Sé Catedral. Infelizmente praticamente nada resta dessa primitiva igreja, podendo no entanto ser observados alguns elementos arcaizantes de influência oriental na torre sineira, como uma fresta com um adorno de arco trilobado, as arcaturas das janelas, bem como “*relevos e aves de influência suevo bizantina*” [Campos, 1965: 67–68]. O castelo de Lamego possui ainda importantes vestígios de época islâmica, apresentando a muralha, na zona da alcáçova, um tipo de aparelho diferente do restante, escalonado e mais rude do que o das camadas superiores. Cláudio Torres compara a tipologia construtiva da muralha de Lamego com as de Trancoso e Idanha-a-Velha, datando-a do séc. IX/X [Torres, 1998: 39 e 60]. Também a própria cisterna do castelo de

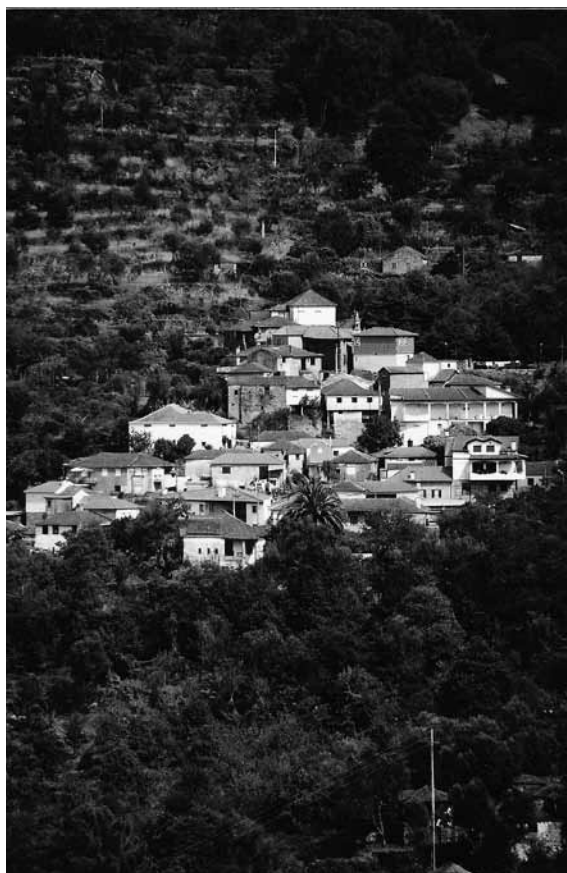
Lamego, que se encontra muito bem conservada, aparenta ser de origem árabe ou mourisca (Gil, 1986: 47).

Monumento singular é ainda a igreja românica de Almacave, portadora também de alguns elementos de influência árabe, nomeadamente no alfiz do portal e nos próprios capitéis. Há alguma probabilidade de esta igreja ter sido construída no lugar outrora ocupado pela antiga mesquita. O próprio topónimo Almacave provém do árabe *al-macab*, que significa "campo santo", ou "cemitério". A toponímia é, aliás, em Lamego e na região envolvente, um forte indicador da presença da cultura árabe. Para além do citado Almacave temos, por exemplo: Almedina; Açougue; Alvoranças; Arrabalde; Beiúves; Fáfel; Midões; Nazes, etc.

OS VESTÍGIOS DE HERANÇA ÁRABE NA REGIÃO DURIENSE

Os vestígios passíveis de ser datados de época islâmica são ainda poucos, mas nem por isso menos importantes ou significativos. As escavações arqueológicas e respectivos estudos têm descurado a época de domínio muçulmano.

O aparecimento da arte românica irá ser também um mostruário de vestígios e influências da própria arte islâmica que irá, desta forma, estender a sua influência para os territórios do norte. Neste contexto irá ser, mais uma vez, de primordial importância o percurso da "Estrada da Beira" e o seu seguimento para Guimarães e Braga, em direcção a Santiago de Compostela, onde se irão localizar os templos onde a influência da arte islâmica e moçárabe mais se irá fazer sentir na arte românica que se vai então desenvolver. A sul de Lamego os exemplos de arte moçárabe mais significativos são as igrejas de Lourosa (já nas proximidades de Coimbra) e Idanha-a-velha (cercanias de Castelo Branco), enquanto que a norte serão S. Frutuoso de Montélios, próximo de Braga e S. Pedro de Balsemão, perto de Lamego (Almeida, 2001: 22,23). No entanto, muitos outros pequenos vestígios podem ser encontrados ao longo deste percurso, que estende a influência do sul aos próprios templos românicos, como é o caso do mosteiro de Santa Maria de Pombeiro, em Felgueiras (Almeida, 2001: 113), em que alguns temas decorativos têm antecedentes na arte árabe e da igreja de S. Pedro de Ferreira (Paços de Ferreira), em que



A "Arribada" - o núcleo mais antigo de Boassas

o padrão decorativo do pórtico remete para as soluções da arte almóada da Giralda de Sevilha (Almeida, 2001: 119). Da mesma forma tal sucede no mosteiro de Travanca, perto de Amarante, onde aparentemente se reutilizaram elementos arcaizantes de construção anterior e onde o portal aparece inserto "num rectângulo, com um alfiz muçulmano" (Almeida, 1976: 614). A tradição popular diz ter aqui existido muito antes uma mesquita. A imponente torre do mosteiro mais não seria que a adaptação do minarete do alto do qual o almudem chamava à oração os muçulmanos da região. A porta de entrada da torre revela influências de nítido sabor árabe, nomeadamente nas suas arquivoltas em arco de ogiva ultrapassado (Gil, 1988: 100-103)

Na própria sé de Braga cuja reconstrução terá sido iniciada em 1070, há alguns vestígios de arte oriental, nomeadamente na fachada norte, onde um dos modilhões mostra uma esfinge a servir de gárgula, ou ainda no próprio portal lateral sul (Almei-



Portal da Igreja de S. Pedro das Águas, Tabuaço

da, 2001: 109). Também a designada capela da Glória, provavelmente construída no século XIV, tem as paredes ornamentadas com pinturas mudéjares. O próprio “Tesouro da Sé” guarda um espantoso cofre de marfim, de produção cordovesa, que pertenceu a Abd al-Malik, o filho mais velho de Almançor (Gil, 1986: 36–38). Em Guimarães, o claustro do mosteiro da Igreja de Nossa Senhora da Oliveira, mandado construir no tempo do conde D. Henrique, possui um indubitável sabor árabe assim como um magnífico pórtico moçárabe (Gil, 1986: 84). No Porto, na singela Igreja românica de Cedofeita existem dois capitéis arcaizantes, provavelmente provenientes de uma construção anterior aparentemente moçárabe (Almeida, 2001: 116).

No entanto é na região de Lamego que os vestígios são mais profusos e evidentes. Um dos casos mais interessantes desta influência na arquitectura românica é a Igreja de S. Pedro das Águas, em Tabuaço em que o seu “orientalismo” é de tal forma evidente que Reynaldo dos Santos admitiu a hipótese de nele haverem laborado “artistas árabes” (Costa,



1977: 607). No concelho de Resende as igrejas de Cárquere e S. Martinho de Mouros são também dois casos de referência. Cárquere parece ter sido um ponto estratégico de defesa, aproveitando, provavelmente restos de fortificação romana pré-existente e aí ter-se-á refugiado o célebre muladí Ibn Maruã a quem o rei D. Afonso III entregou a fortaleza a que os muçulmanos chamavam Karkar (Picard, 2000: 122). No interior da igreja existem, de facto, capitéis arcaizantes de tradição oriental certamente aproveitados de edificação anterior, que poderia ser igreja antiga ou ainda morábito ou mesquita, visto que Ibn Maruã era um muladí, ou seja, um cristão convertido ao islamismo (Simonet, 1983: 295–298).

A igreja de S. Martinho de Mouros é também um dos monumentos mais emblemáticos da região. O seu carácter de fortaleza atribui-lhe uma grande singularidade e se não fosse algum símbolo religioso mais preponderante pensaríamos estar diante de um edifício militar. Também aqui existem elementos arcaizantes e que remetem para a arte

oriental, nomeadamente na capela-mor, onde se observam capitéis da escola de Rates–5. Pedro de Coimbra. A construção aparenta estar construída sobre uma outra de época anterior que, tal como sucede em Almacave, ou no próprio castelo de Lamego, apresenta um embasamento escalonado e de aparelho mais rude que o da parte superior. A tradição local afirma que aí existia um alcácer mourisco.

Outros locais onde podemos observar em templos românicos a influência da arte islâmica são: a igreja da Ermida do Paiva, com vestígios moçárabes e onde se pode observar um tecto mudéjar; a igreja de Tarouquela, em Cinfães, profusamente decorada com temas de reminiscência oriental; a igreja de Armamar, cujo interior remete para o espaço-salão da arquitectura árabe; a igreja de Sernancelhe; etc...

Outros indícios surgem nas fortificações e poderão ser observados, por exemplo em: Castro do Morro da Mogueira, em S. Martinho de Mouros Resende, onde existiu uma fortificação muçulmana, aparentemente adaptada de construção anterior castreja e romana; castelo de Penedono, do qual há menção escrita já no séc. X; castro das Portas de Montemouro em Cinfães; Torre da Lagariça, datada do séc. XI, em Resende; Torre de Chã aparentemente da mesma época, em Cinfães (já demolida); etc...

Pequenos mas não menos importantes vestígios vão surgindo de forma avulsa um pouco por todo o território duriense, como por exemplo a “Cuba” de Miomães, em Resende; os azulejos hispano-árabes da capela românica de Escamarão, em Cinfães; o núcleo populacional da “Arribada”, em Boassas, Cinfães; os lagares mouros e as lendas de “mouras-encantadas”... um pouco por toda a região.

CONCLUSÃO

“[...] recuerdo de una civilización en que la belleza era también qibla o dirección de las miradas y las intenciones.” (Epalza, 1988:12)

Os múltiplos indícios do domínio árabe-islâmico ao longo do rio Douro, no norte do Gharb al-Ándalus e, sobretudo, na região de Lamego, são bem o indicador de quão vincada foi

a sua presença e quão profunda foi a sua influência, constituindo um valioso legado cultural que, de forma alguma, se pode continuar a olvidar.

Lamego era já uma cidade importante no norte da península aquando da chegada massiva dos novos povos do Oriente e do Norte de África. As vias romanas que ligavam o sul da Península com cidades importantes do norte, verdadeira espinha dorsal da realidade ibérica, foram os caminhos pelos quais o Islão inicialmente se expandiu. Esses caminhos iriam permitir a troca e o comércio dos metais preciosos, do estanho e das especiarias, mas também dos afectos, dos saberes e das culturas.

Nesta rede viária ganhou especial preponderância a chamada Estrada da Beira que ligava Lamego a Mérida, Alcântara e Sevilha, pelo Sul e a Braga e Santiago de Compostela pelo Norte. Vários factores se conjugaram então para que Lamego e a sua região acabassem por se tornar um importante pólo no norte da Península. À barreira natural formada pelo caudaloso rio Douro juntava-se uma outra, montanhosa, composta pela Serra das Meadas e pelo Monte Geronzo (depois Montemouro), que permitia sucessivos postos de vigia e que os romanos e os povos bárbaros haviam já anteriormente utilizado, deixando no terreno acessos, povoados e fortificações. Estes novos povoadores viram aí a possibilidade de estabelecer uma linha de fronteira, complementando estas fortificações, melhorando-as e, inclusive, fazendo outras novas. Castelos (*hisn's*); torres (*burj*); atalaias e *ribats*, pontuam e bordejam a margem sul do Douro, abrigando os guerreiros da fé, que cumprem o seu dever de *jihad* (Picard, 2000: 118)⁹.

A juntar a todas estas “vantagens” estes povos, provenientes do sul, descobriram uma terra fértil e vicejante; um microclima excepcional, onde as suas culturas características se desenvolviam de forma esplêndida. Os romanos haviam aportado e desenvolvido a cultura da oliveira, mas também da vinha, e os exímios construtores de socalcos que eram os povos berberes começaram, desde então a alterar profundamente a fisionomia das encostas do Douro. Ondas de comerciantes e almocreves começam também a percorrer a “espinha dorsal” da Península Ibérica. Estes irão ser, na realidade, os verdadeiros “conquistadores”. Para além dos

produtos que comercializam, trazem a cultura, os usos, os costumes, a religião e, sobretudo, a língua¹⁰. Por outro lado, enquanto que em cidades tão importantes como o Porto a presença árabe-islâmica vai ser, aparentemente, de curta duração, em Lamego esta irá perdurar mais de quatro séculos, em que, mesmo nos períodos de aparente domínio cristão, há uma flagrante continuidade.

Lamego vinha crescendo em termos de importância já desde os tempos de Sisebuto, o qual chegou mesmo aí a cunhar moeda. A cidade passa também, nessa altura a ter bispo próprio, elementos que sugerem já a importância do território e lhe atribuem o mérito de passar a ser uma das mais antigas e célebres cidades episcopais da Península. Lamego, para o que muito devem ter contribuído os muçulmanos, torna-se agora, rapidamente, uma cidade comercial, na charneira das principais rotas ibéricas. Aí se encontram comerciantes vindos de todo o lado. Desenvolvem-se algumas indústrias (curtumes; cerâmica; tecelagem; latoaria; etc.) e exportam-se vários produtos para toda a península. Às suas importantes feiras, que chegarão a durar todo um mês, acorrem os comerciantes “mouros” de Granada e de Sevilha.

O domínio árabe/islâmico encontra-se documentado e perduraram os nomes de alguns dos governadores do território lamecense que, tudo indica, terá chegado a formar um núcleo administrativo próprio [*kuwar*] (Marques, 1993: 187). A própria toponímia é de tal modo expressiva que frequentemente sugere a presença árabe/islâmica na região. Lamego seria seguramente, a norte do Gharb al-Ândalus, a cidade mais segura, mais importante e mais islamizada em finais do século X, pois é aí que, no regresso, se estabelece Almançor aquando da sua famosa campanha a Santiago de Compostela. É também aí que divide o saque pelos condos *moçárabes* da região que o acompanharam nessa sua célebre expedição¹¹. Dozy refere que o relato desta célebre campanha é escrito pelo próprio Almançor e dirigido à corte cordovesa e que o próprio texto (ao qual infelizmente não tivemos acesso) terá sido conservado na íntegra, ou quase, pelos historiadores árabes (Dozy, 1982: 189-190). Curiosamente, embora alvo regular de assédios e lutas, Lamego floresce durante os cerca de quatro séculos de domínio muçulmano, começando imediata e lentamente a declinar

assim que se dá a conquista definitiva do território, em 1056. Facto que iria culminar durante a época dos descobrimentos, como muito bem documenta Rui Fernandes (Dias, 1947: 33 – 35).

Estamos em crer que estes factos estarão relacionados com a acentuada presença árabe/islâmica na cidade e na região. Tal aceção explicará, por sua vez, o motivo pelo qual após o domínio cristão a cidade permanece vasto tempo sem bispo. Lamego encontrava-se fortemente arabizada, possuía uma significativa população *moçárabe* e detinha bispo residente o qual, tudo leva a crer, seria também *moçárabe*¹². O facto de deixar, a partir de então, de ter bispo, apenas nos faz pensar que poderá ter havido desagrado pela forma como foi tomada a cidade e tratados os seus habitantes, após ser tomada por D. Fernando I «o Magno». Sabendo que parte da população muçulmana da cidade foi chacinada e outro tanto reduzida à escravatura, não será difícil entender que o bispo possa ter ficado desagradado com a situação ou que tenha mesmo lutado ao lado dos habitantes contra os invasores, tal como haveria de fazer mais tarde o próprio bispo de Lisboa (Marques, 1993: 203). Por outro lado, se mesmo D. Afonso Henriques não conseguia (ou não queria) distinguir os moçárabes dos muçulmanos, sendo célebre o episódio em que o próprio Papa o manda soltar os prisioneiros moçárabes que havia feito (Simonet, 1983: 138), não nos surpreende, pois, que o mesmo se passasse quase um século antes com D. Fernando I.

O facto de muitos prisioneiros muçulmanos, reduzidos à servidão e escravatura, serem obrigados a trabalhar no restauro de antigos templos e fortificações (Costa, 1977: 77) explica, em grande medida, a proliferação e irradiação de determinadas formas e elementos árabes e orientais por toda a região em templos e igrejas de época românica. Certo é que esta ferida agora aberta iria custar a sarar e o declínio de Lamego ir-se-ia acentuar nos próximos séculos. O despovoamento sofrido, (em 1350 o bairro do Castelo possuía 200 habitantes e em 1450 eram já apenas 30); a perda de grande parte da sua mão-de-obra trabalhadora, das indústrias e da agricultura iriam ter um impacto que se revelou de tal forma violento que a cidade não mais voltaria a ter o esplendor então alcançado. A descoberta do caminho marítimo para a Índia, o recrudescimento da importância de Lis-



boa, a perda de privilégios da própria cidade, a fuga da sua população e a expulsão definitiva de judeus e muçulmanos, dariam o golpe de misericórdia nessa época de ouro.

De uma forma geral todo este espólio, herança fabulosa das mil e uma noites, legado por estes nossos antepassados do Oriente e do Norte de África, tem sido frequentemente olvidado. Salvo raras e honrosas excepções, os árabes/muçulmanos são apenas citados como o motivo da chamada “reconquista” ou em lendas, em que prevalece sempre a dicotomia nós/outros. Ao fim de quatro séculos, os habitantes da região são, obviamente, todos seus habitantes e proprietários legítimos, independentemente do seu credo, usos ou costumes, e o que se passou na Península Ibérica a seguir à dita “reconquista”, sobretudo após a queda do reino de Granada, em 1492 (quase oito séculos depois da chegada de Tariq) foi de uma violência e barbaridade ainda hoje dificilmente compreensíveis. Em vez de “reconquista” talvez fosse mais correcto designarmos as lutas de então, entre os vários reinos Ibéricos, de “Guerra Civil”. Em todo o caso, neste território, que tem por centro Lamego e que foi em determinada altura chamado *Mante Mauro*, é possível encontrar, ainda hoje, imensos vestígios dessa época e sobretudo da influência enorme que perdurou até aos tempos actuais. A herança patrimonial, bem como a própria história, não podem ser manipuladas, nem sequer estudadas segundo critérios mais ou menos dúbios ou tendenciosos. A cultura árabe/islâmica foi, a partir de determinada altura, não só mal-vista e ostracizada, como até, de alguma forma...apagada...

Pelos exemplos apontados, esta época da história necessita não só de ser estudada e aprofundada, como reavaliada. Os vestígios que conseguimos observar, assim, à vista desarmada, constituem um espólio notável e suficientemente rico para que mereça ser conhecido, visitado e estudado. Estamos ainda em crer que uma observação mais minuciosa e detalhada, complementada com os necessários estudos e prospecções arqueológicas, aliados ainda a uma maior protecção do património existente, irá revelar novas e gratas surpresas. Parece que em Portugal, tal como no ocidente em geral “[...] só ocorre falar-se do Islão quando se empolgam os ventos das cruzadas ou quando surgem fantasmas dos nossos próprios erros de incompreensão, exploração e dominação em relação a outras culturas e outros povos.[...]” (Rodrigues,

2004: 35). A arqueologia, a arte e a história não podem continuar a ignorar toda esta notável herança cultural e este factor preponderante da nossa identidade. Por outro lado, convém não esquecer “[...] que faz parte do legado português uma contribuição que, [...] tem presença muito valiosa na história do encontro de povos e culturas.” (Moreira, 2004: 21).

Esperamos poder, assim, contribuir para um melhor entendimento sobre uma época ainda tão esquecida e incompreendida, mas que foi, na realidade um grande momento da história da civilização, da Europa e sobretudo da Península Ibérica – aquele da época do al-Ándalus. Recordamos, em jeito de epitáfio à memória desse tempo perdido, as palavras de al-Zubaydí, preceptor do califa al-Hakam II:

«A terra inteira, na sua diversidade, é una, e os homens são todos irmãos e vizinhos».

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *História da Arte em Portugal. O Românico*, Lisboa, Presença, 2001

ALMEIDA, José António Ferreira de – *Tesouros Artísticas de Portugal*, Lisboa, Selecções do Reader's Digest, 1976

AL-RAZI, Ahmad Ibn Muhammad Ibn Musà – *Cronica del Moro Rasis*, Madrid, Seminario Menéndez Pidal y Editorial Gredos, 1975

ALVES, Adalberto – *A herança árabe em Portugal*, CTT, Abril de 2001

ALVES, Adalberto – *Portugal e o Islão – Escritos do Crescente*, Lisboa, Teorema, 1991

AZEVEDO, Rui Pinto de – *“A expedição de Almançor a Santiago de Compostela em 997, e a de piratas normandos à Galiza em 1015–16”*, Coimbra, Fac. Letras U.C., 1973

AZEVEDO, Rui Pinto de (prefácio e organização) – *Documentos Medievais Portugueses*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1940

- BORGES COELHO, António** – *Portugal na Espanha Árabe*, [2 vol.s] Lisboa, Caminho, 1989
- BURCKHARDT, Titus** – *La civilización Hispano-Árabe*, Madrid, Alianza, 1977
- CAMPOS, José A. Correia de** – *Arqueologia árabe em Portugal*, Lisboa, ed. autor, 1965
- CAMPOS, José A. Correia de** – *Monumentos da antiguidade árabe em Portugal*, Lisboa, ed. autor, 1970
- CERVEIRA PINTO, Manuel da** – *O Douro no Gharb al-Ándalus. A Região de Lamego durante a presença árabe*. Dissertação de Mestrado. Univ. do Minho. 2004
- CERVEIRA PINTO, Manuel da** – *A Casa do Cuba*, in revista «Terras de Serpa Pinto», n.º 6, Cinfães, Câmara Municipal de Cinfães, 1997
- CONDE, Antonio** – *Dominación de los Arabes en España*, vol. I, ed. 1840
- COSTA, M. Gonçalves da** – *História do Bispado e Cidade de Lamego*, [6 volumes], Lamego, 1977–1984
- DOMINGUES, José D. Garcia** – *História Luso-Árabe, Episódios e figuras meridionais*, Lisboa, Editora Pro Domo, 1945
- DOMINGUES, José D. Garcia** – *Portugal e o al-Andalus*, Lisboa, Hugin, 1997
- DIAS, Augusto** – *Lamego do Século XVI* (descrição da região de Lamego por Rui Fernandes em 1532), Lamego, Edições Beira-Douro, 1947
- DOZY, Reinhart P.** – *História de los Musulmanes de España*, 1861 [4 volumes], Madrid, Ediciones Turner, edição de 1982
- DUBY, Georges** – *O ano mil*, Lisboa, Edições 70, 1992, Tradução de Teresa Matos.
- EPALZA, Mikel et ali.** – *Agua y Poblamiento Musulman*, Benissa, Ayuntamiento Benissa, 1988
- FERNANDES, A. de Almeida** – *Portugal Primitivo Medieval*, Arouca, Associação da Defesa do Património Arouquense, 2001
- GIL, Júlio** – *Os mais belos castelos de Portugal*, Lisboa, Verbo, 1986
- GOMES, Rosa Varela** – «*A arquitectura militar muçulmana*», in *História das fortificações portuguesas no mundo*, [direcção de Rafael Moreira], Lisboa, Alfa, 1989
- GUICHARD, Pierre** – *Al-Andalus, 711-1492*, Paris, Hachette, 2000
- HATTSTEIN, Markus, et ali.** – *El Islam, Arte y Arquitectura*, Colónia, Könnemann, [edição espanhola] 2001
- HERCULANO, Alexandre** – *História de Portugal*, Volume I, Lisboa, Bertrand, 1846
- HERRERO, Carlos Domínguez**, *El Románico Zamorano en su Marco del Noroeste*, Zamora, s.e., 2004
- LARANJO, F. J. Cordeiro** – *Lamego Antiga*, Lamego, C. M. Lamego, 1989
- LÉVI-PROVENÇAL, Évariste** – *Histoire de l'Espagne Musulmane* [3 volumes], Paris, Maisonneuve et Larose, 1999 [1.º ed.1950]
- LÉVI-PROVENÇAL, Évariste** – *La Civilización Árabe en España*, Madrid, Espasa-Calpe, S. A., 1977, 4.º edição
- LEWIS, Bernard** – *Os árabes na história*, Lisboa, Editorial Estampa, 1996, 2.º edição
- LOPES, David** – *O domínio árabe*, in «História de Portugal» [dir. de Damião Peres], vol. I, Barcelos, Portucalense editora, 1928
- LOPES, Flávio e GAMBOA, Teresa** – *Património arquitectónico e arqueológico classificado, Distrito de Viseu*, Lisboa, IPPAR, 1993
- LOSA, António** – *A dominação árabe e a toponímia a Norte do Douro*, Braga, Edições Bracara Augusta, 1956

LOSA, António – “Os «mouros» de Entre Douro e Minho no Século XIII”, [Separata de Bracara Augusta vol. XVI–XVII, n.º 39/40 (51–52)], Braga, Bracara Augusta, 1964

MACHADO, José Pedro – *Ensaio arábico-portugueses*, Lisboa, Notícias, 1997

MALDONADO, Basilio Pávon – *Tratado de arquitectura Hispano-musulmana I, II e III*, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Madrid, 1990/1999/2004

MALDONADO, Basilio Pávon – *Ciudades e fortalezas luso-musulmanas*, Madrid, Instituto de Cooperacion com el Mundo Arabe, 1993

MANDEL, Gabriele – *Como reconhecer a arte islâmica*, Amadora, Edições 70, 1985

MANTAS, Vasco Gil – *Arqueologia e história antiga, dos monumentos aos homens de ontem e de hoje*, in “As Oficinas da História”, Lisboa, Colibri/Fac. de Letras da Univ. de Coimbra, 2002

MARQUES, António Henrique de Oliveira – *O Portugal Islâmico* in «Nova História de Portugal» [dir. Joel Serrão/A. H. de Oliveira Marques], vol. II, Lisboa, Presença, 1993

MATTOSO, José – *História de Portugal* [vol.1], Lisboa, Editorial Estampa, 1993

MELO E FARO, D. Joaquim de – “S. Martinho de Mouros”, in *Jornal Miradouro*, n.º 699, Boassas, 12 de Maio de 1989

PICARD, Christophe – “Les Ribats au Portugal à l’époque musulmane: sources et définitions”, in *Mil anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500–1500): Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos*, Lisboa, Colibri/Cam. Munic. de Palmela, 2001

PICARD, Christophe – *Le Portugal musulman (VIII.e–XIII.e siècle) L’Occident d’al-Andalus sous domination islamique*, Paris, Maisonneuve & Larose, 2000

ROBIN, Christian Julien – “As Tribos da Arábia Deserta”, Revista «História», n.º especial “Para Compreender o Islão”, Lisboa

ROCHA, Arnaldo, “A Muralha das Portas, algumas considerações para uma leitura diferente”, in «Terras de Serpa Pinto», n.º 2, Cinfães, C. M. Cinfães, 1992

SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Claudio – *El Islam de España y el Occidente*, Madrid, Espasa-Calpe, S.A., 1974

SARAIVA, José Hermano [dir.] – *História de Portugal*, Lisboa, Publicações Alfa, 1986

SERRA, Pedro Cunha – *Sobre a Intercultura de Mouros e Cristãos*, [separata do n.º 307 da Revista Labor], Aveiro, Lusitânia, 1973

SERRA, Pedro Cunha – *Alguns Aspectos da Toponímia Lamecense*, Lisboa, Academia Portuguesa de História [separata dos «anais» II série, vol. 31], 1986

SERRÃO, Joaquim Veríssimo – “A concessão do foro de cidade em Portugal dos séculos XII a XIX”, in *Portugaliae Historica, vol. I*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Instituto Histórico Infante Dom Henrique, 1973

SIMONET, Francisco Javier – *Historia de los Mozarabes de España*, [4 volumes], 1867, Ediciones Turner, Edição de 1983

STIERLIN, Henri – *Islão, de Bagdade a Córdoba [A arquitectura primitiva do século VII ao século XIII]*, Colónia, Taschen, 1997

TEIXEIRA, Ricardo – «Castelos e organização dos territórios nas duas margens do curso médio do Douro», in *Mil anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500–1500): Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos*, Lisboa, Edições Colibri / Câmara Municipal de Palmela, 2001

TORRES, Cláudio; MACIAS, Santiago – *O legado islâmico em Portugal*, Lisboa, Fundação Círculo de Leitores, 1998

TORRES, Cláudio; MACIAS, Santiago – «A Arte Islâmica no Ocidente Andaluz», in Paulo Pereira, *História da Arte Portuguesa*, volume 1, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, pp. 150–177

VERNET, Juán – *Lo que Europa debe al Islam de España*, Barcelona, 1999